



Audiência Pública
Comissão de Defesa do Consumidor
Câmara dos Deputados

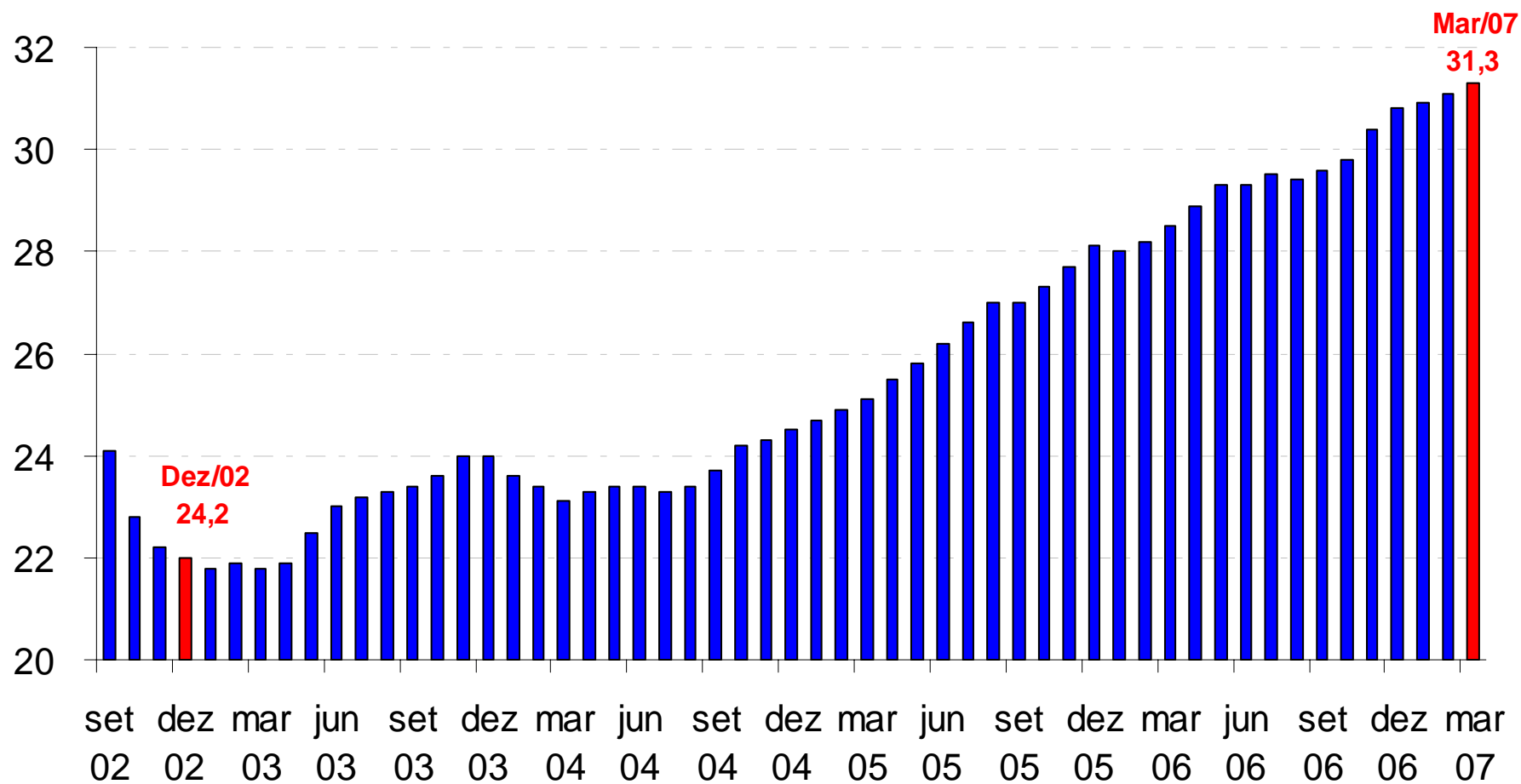
Ministro Guido Mantega
Brasília, 20 de junho de 2007



Crédito

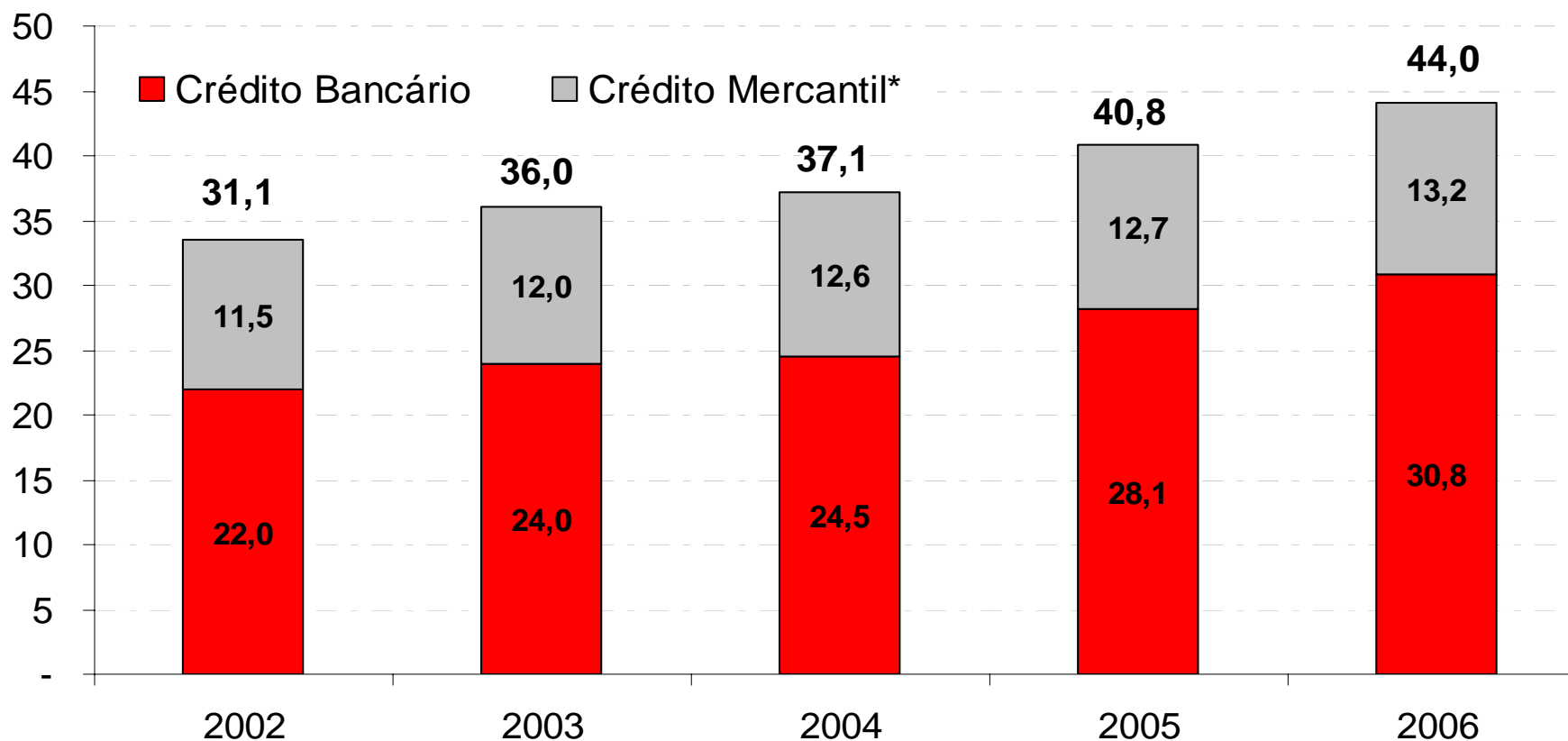


Evolução do Crédito Bancário no Brasil (%PIB)





VOLUME DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO BANCÁRIO E MERCANTIL NO BRASIL (% do PIB)



*/ Em 2006, dados preliminares

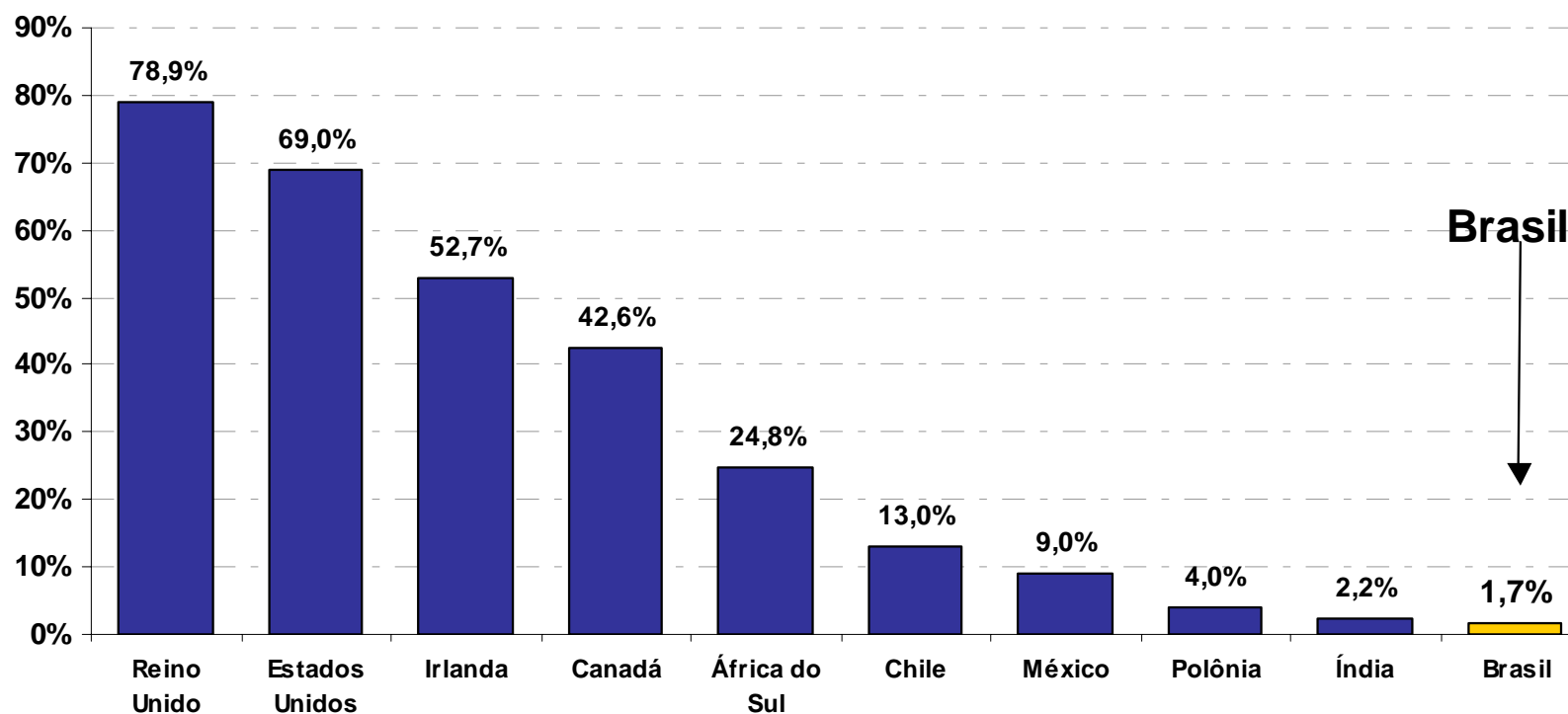
Fontes: BCB e Serasa.

Elaboração: MF/SPE



Volume de Operações de Crédito Bancário Carteira Imobiliária – Experiência Internacional (% do PIB)

O crédito imobiliário ainda é pouco representativo no Brasil. Entretanto, considerando a experiência internacional, esse crédito pode se expandir de forma significativa nos próximos anos em virtude da melhora no ambiente macroeconômico e dos avanços institucionais recentes.

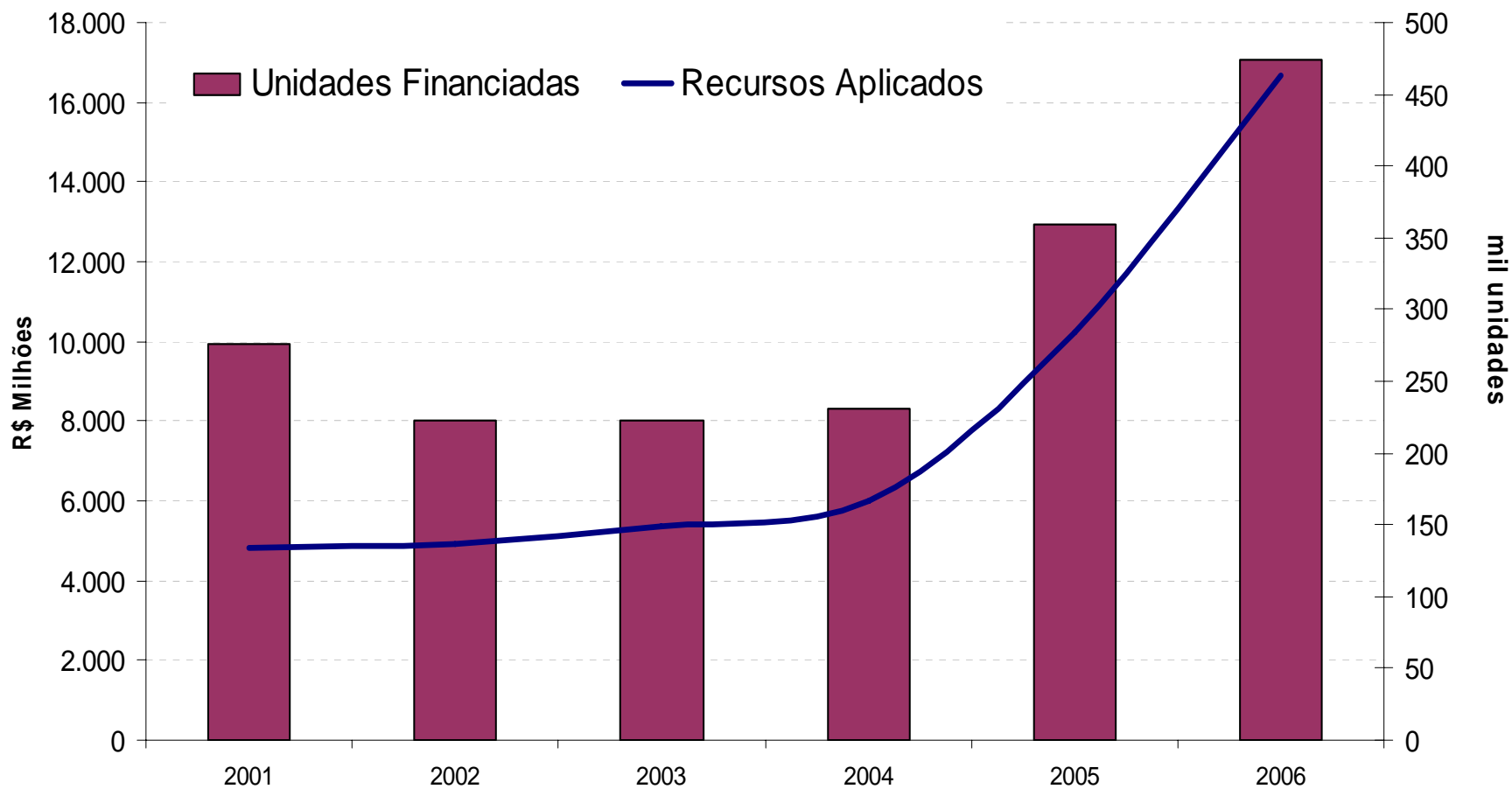


(*) México e Chile: 2005. Brasil: 2006. Demais países: 2004

Fontes: BIS, IUHF e Bancos Centrais.



Evolução do Crédito Imobiliário no Brasil (SFH) Fluxo Anual

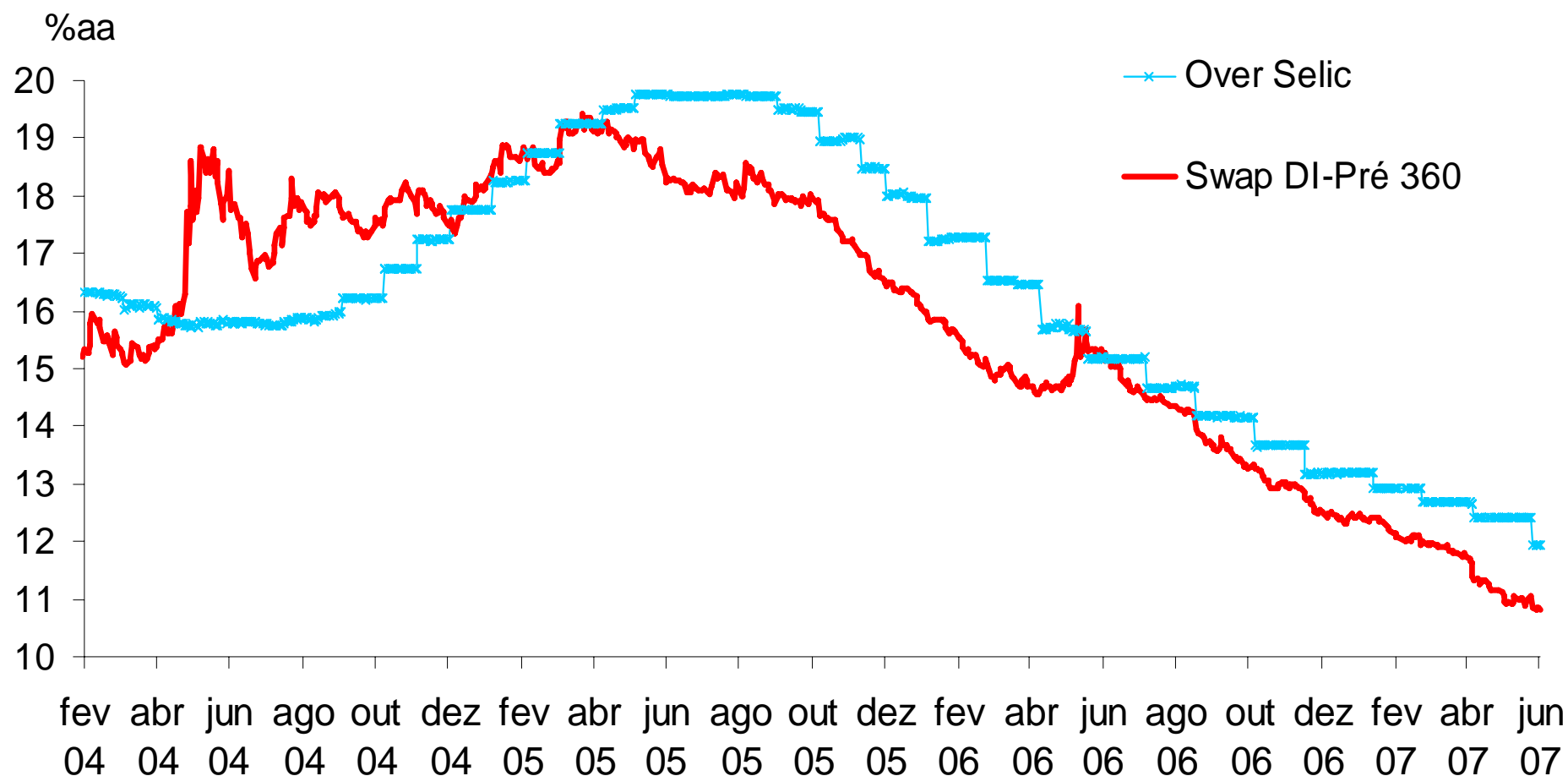




TAXAS DE JUROS

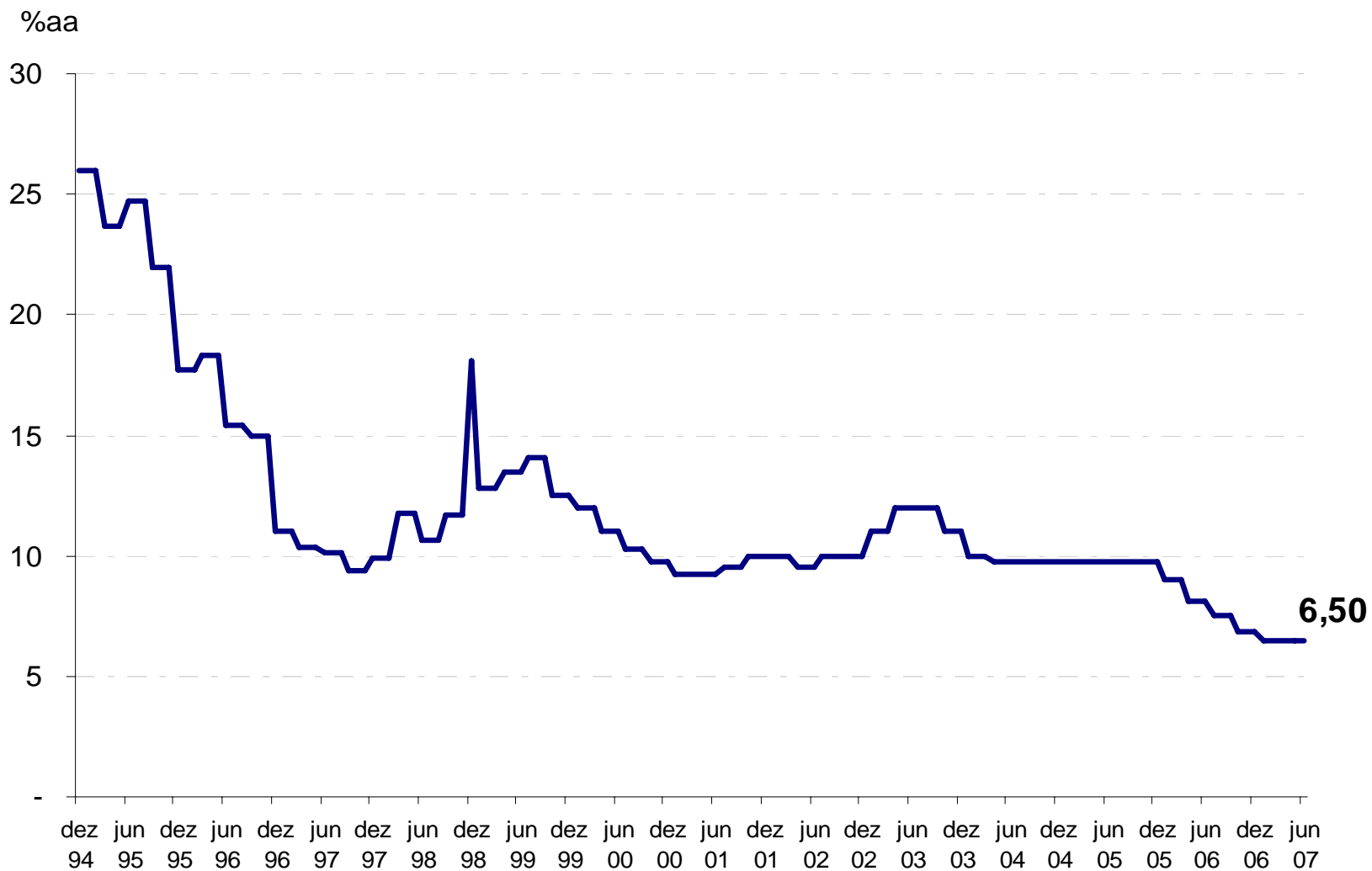


TENDÊNCIA DE QUEDA NAS TAXAS DE JUROS (Over Selic e Swap DI-Pré)



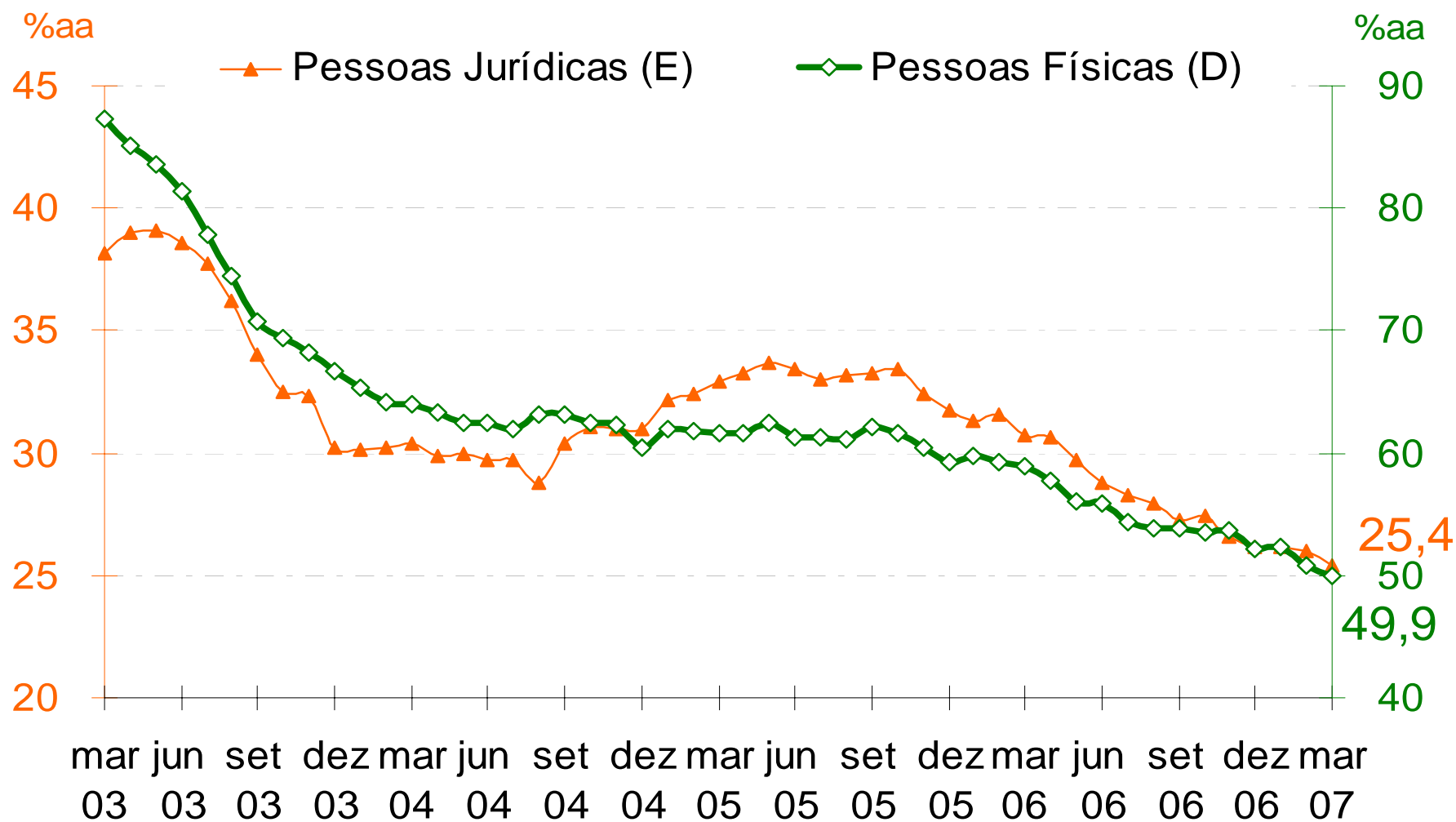


Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)



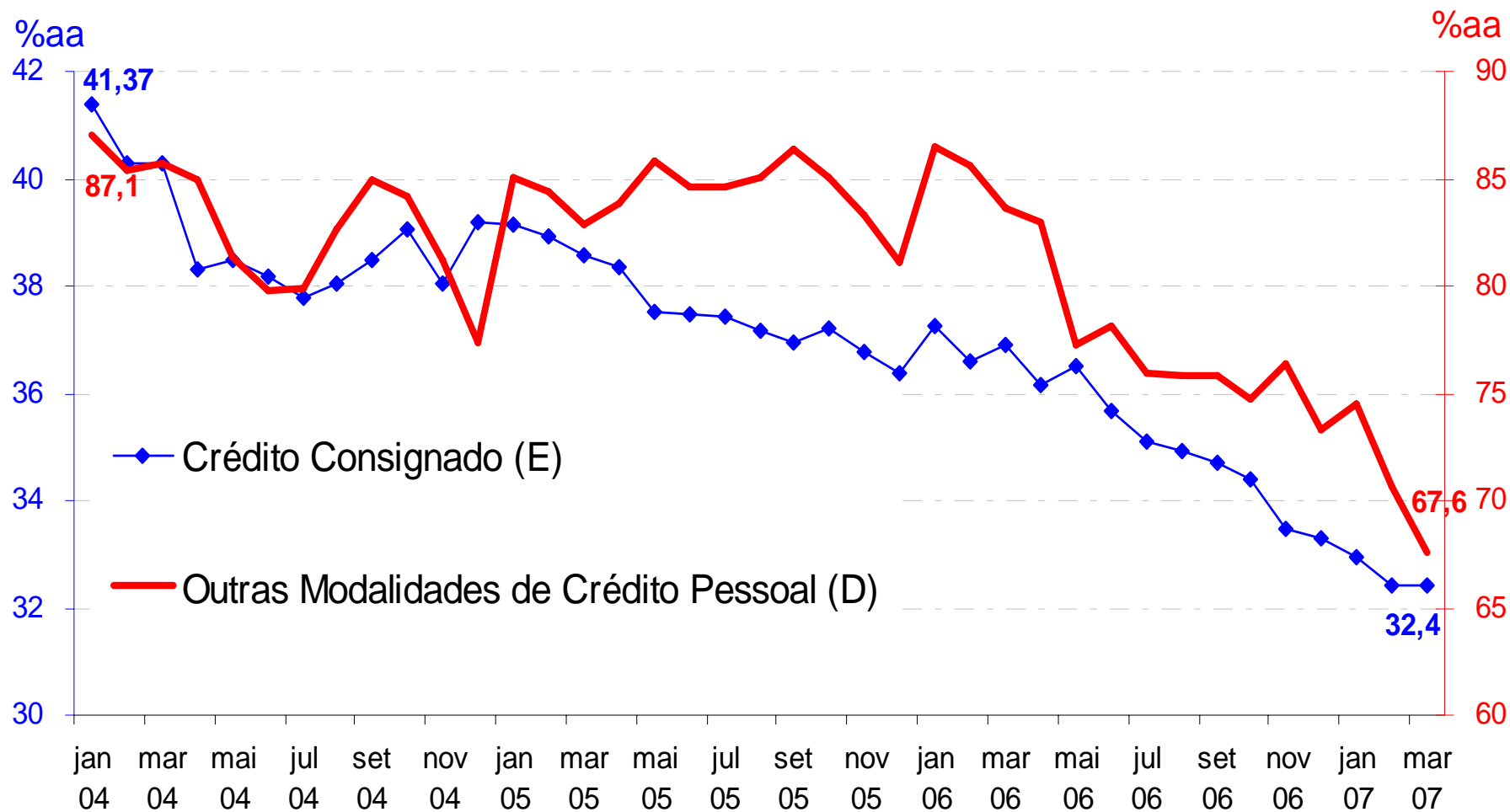


Juros Bancários





Juros Bancários Operações de Crédito Pessoal



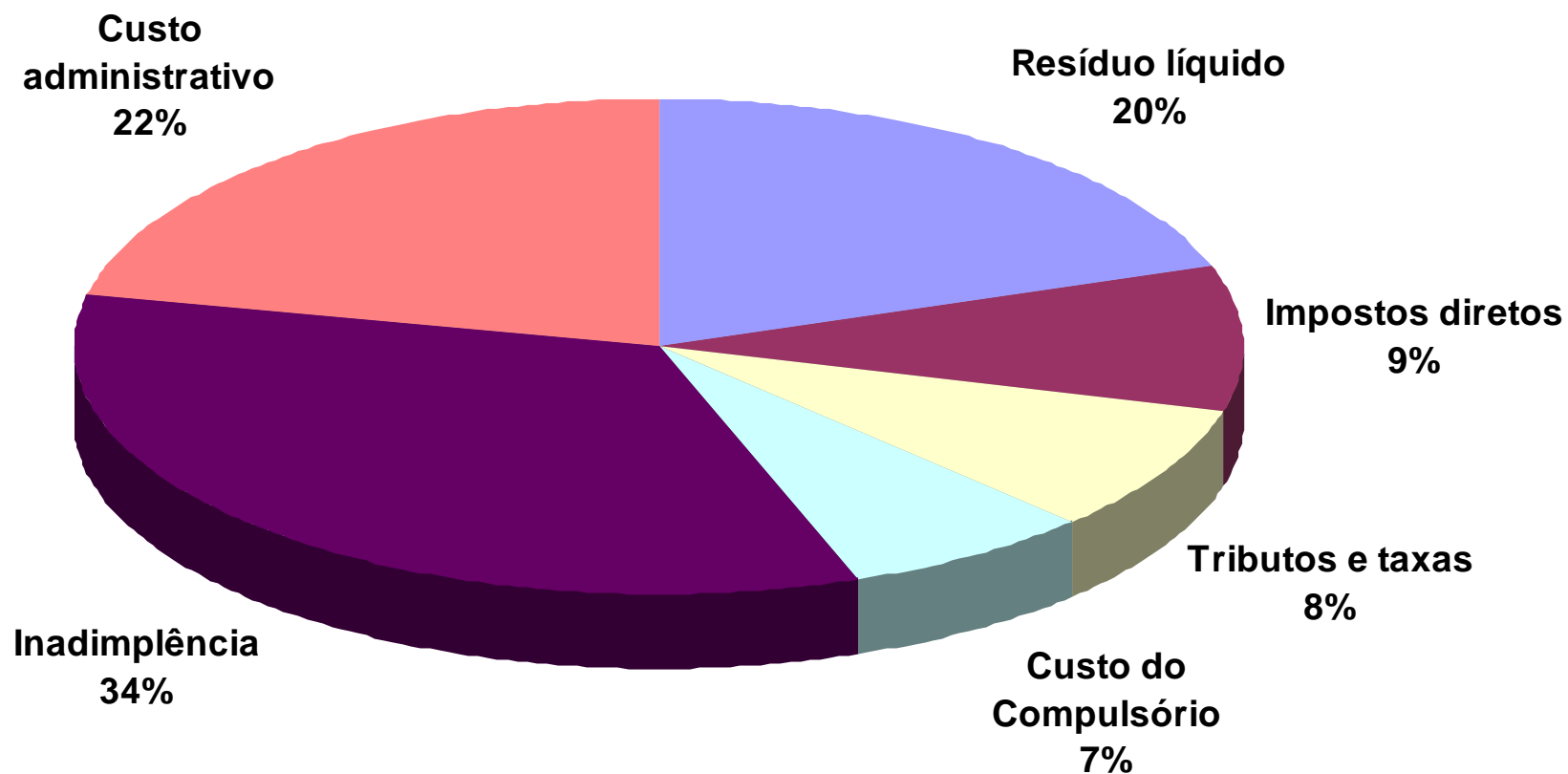


Spread bancário



DECOMPOSIÇÃO DO *SPREAD* BANCÁRIO

Metodologia do Banco Central



Fonte: BCB (2005) – Relatório de Economia Bancária e Crédito – dados para 2004.

Elaboração: MF/SPE



INSTRUMENTOS PARA REDUZIR O *SPREAD* BANCÁRIO

- Incentivar a Concorrência Bancária:
 - Fortalecer o Mercado de Capitais;
 - Facilitar a mobilidade dos clientes;
 - Aumentar o acesso às informações de custo do crédito.
- Racionalizar os Custos Administrativos;
- Reduzir a assimetria de Informações;
- Ampliar o volume das operações e o acessos aos bancos;
- Fortalecer a Segurança Jurídica das Operações;
- Reduzir a Cunha Fiscal;
- Reduzir os compulsórios e o crédito direcionado.



REDUÇÃO DO *SPREAD* BANCÁRIO MEDIDAS IMPLEMENTADAS

- Consignação em folha de pagamento – Lei 10.820/03;
- Cédula de Crédito Bancário – Lei 10.931/04;
- Patrimônio de Afetação – Lei 10.931/04;
- Lei de Falências – Lei 11.101/05 e LC 118/05;
- Valor Incontroverso – Lei 10.931/04;
- Aperfeiçoamento da alienação fiduciária de automóveis – Lei 10.931/04;
- Isenção de IR para títulos de crédito imobiliários – Lei 11.033/04.



REDUÇÃO DO *SPREAD* BANCÁRIO MEDIDAS IMPLEMENTADAS RECENTEMENTE

Conta Salário

← **Objetivo:** possibilitar que o assalariado possa transferir seu salário, sem custo, para a instituição financeira de sua preferência.

Portabilidade do Crédito

← **Objetivo:** possibilitar que o consumidor migre sua dívida para a instituição financeira que ofereça melhores condições de pagamento, sem qualquer custo adicional pela mudança.

Portabilidade Cadastral

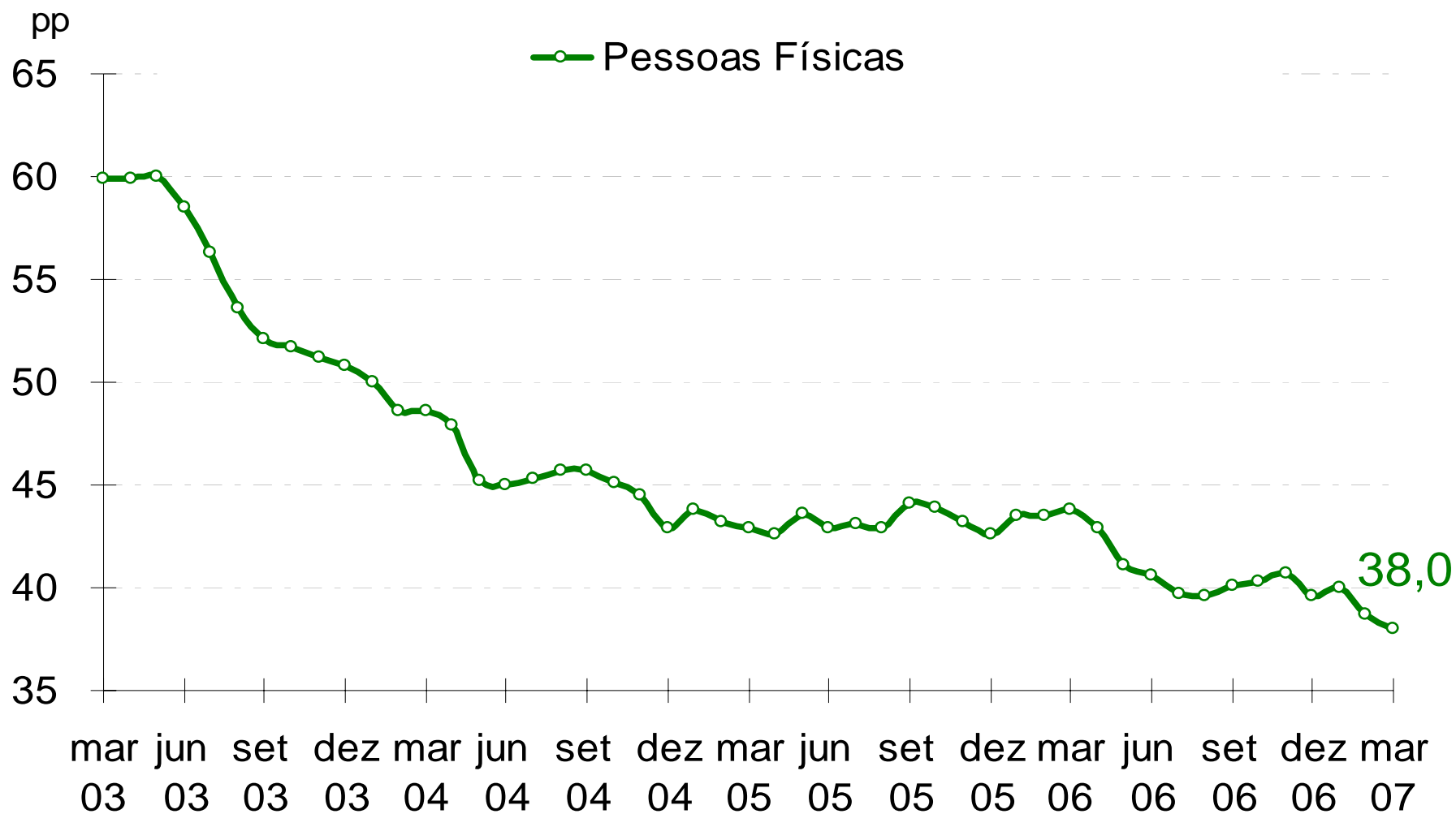
← **Objetivo:** permitir, com autorização do cliente, a transferência do seu histórico de crédito para a nova instituição em que se quer abrir conta ou tomar crédito.

Redução da contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito

← **Objetivo:** reduzir o custo de um dos componentes do spread, sem impor risco às garantias existentes aos poupadores e correntistas.



Spreads Bancários



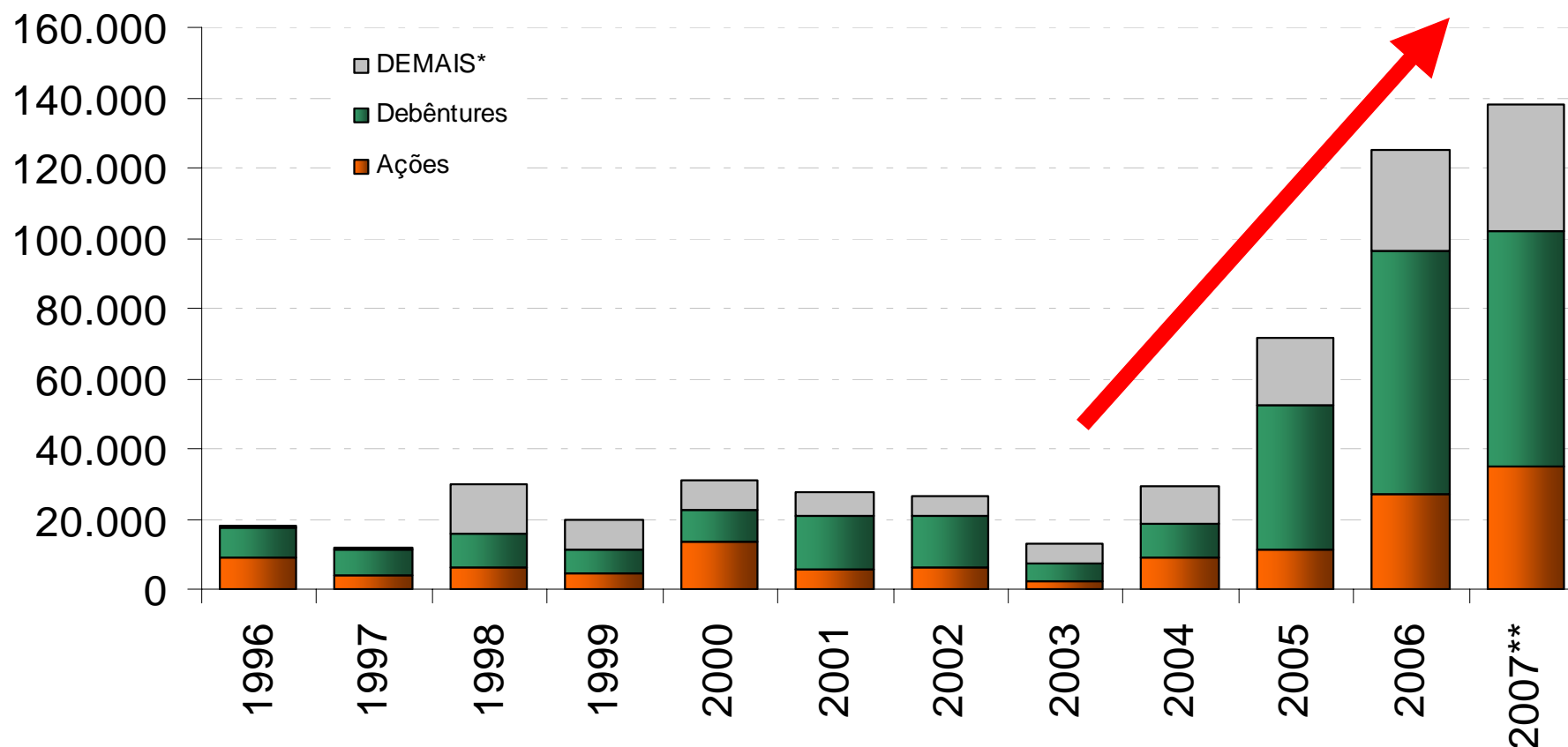


Mercado de Capitais

O Governo implementou também uma série de medidas para o fortalecimento do mercado de capitais, contribuindo para a redução do custo de financiamento das empresas



MERCADO DE CAPITAIS EMISSÕES PRIMÁRIAS E SECUNDÁRIAS (R\$ milhões)



*/ Inclui notas promissórias, CRIs e quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, dentre outros.

**/ Emissões acumuladas em 12 meses até Maio/07.



Principais Projetos em Tramitação no Congresso Nacional



CADASTRO POSITIVO (PL 5.870/05)

- Objetivos
 - Definir regras para a atuação dos bancos de dados de proteção ao crédito.
 - Autorizar os bancos de dados a trabalharem com informações de adimplência.
 - Autorizar os bancos de dados a analisarem as informações de adimplência/inadimplência.
- Uma vez implementado, o cadastro positivo auxiliará na redução da assimetria de informações entre prestadores e tomadores de crédito, permitindo a ampliação do crédito e a redução do spread bancário.
- Localização: CCJ – Câmara dos Deputados



CONCORRÊNCIA BANCÁRIA (PLP 344/02)

- Objetivos
 - Racionalizar a análise das fusões e incorporações dentro do sistema financeiro, privilegiando a análise pelo prisma da concorrência bancária.
 - Resguardar a análise dos casos em que possa haver riscos à higidez do sistema financeiro ao Banco Central do Brasil.
 - Dirimir eventuais conflitos de competência entre o CADE e o Banco Central do Brasil, fortalecendo os mecanismo de combate a atos contrários à livre concorrência.
- Localização: Plenário da Câmara dos Deputados



NORMAS CONTÁBEIS (PL 3.741/00)

- Objetivos
 - Ampliar a transparência das informações contábeis.
 - Facilitar a comparabilidade entre as demonstrações apresentadas pelas empresas.
 - Permitir que os agentes econômicos possam ter uma visão mais objetiva da situação econômico-financeira de cada empresa, facilitando o acesso desta a linhas de crédito e ao mercado de capitais.

- Localização: CCJ – Câmara dos Deputados



AGENDA DE TRABALHO

- O Ministério da Fazenda, em articulação com os demais órgãos governamentais, continua desenvolvendo a agenda de instrumentos voltados para a redução do spread bancário em suas diversas dimensões:
 - Concorrência bancária
 - Redução da assimetria de informações
 - Redução da cunha fiscal



Rentabilidade da Poupança

Alteração na Fórmula de Cálculo da TR



A TR COMO ÍNDICE DE REAJUSTE

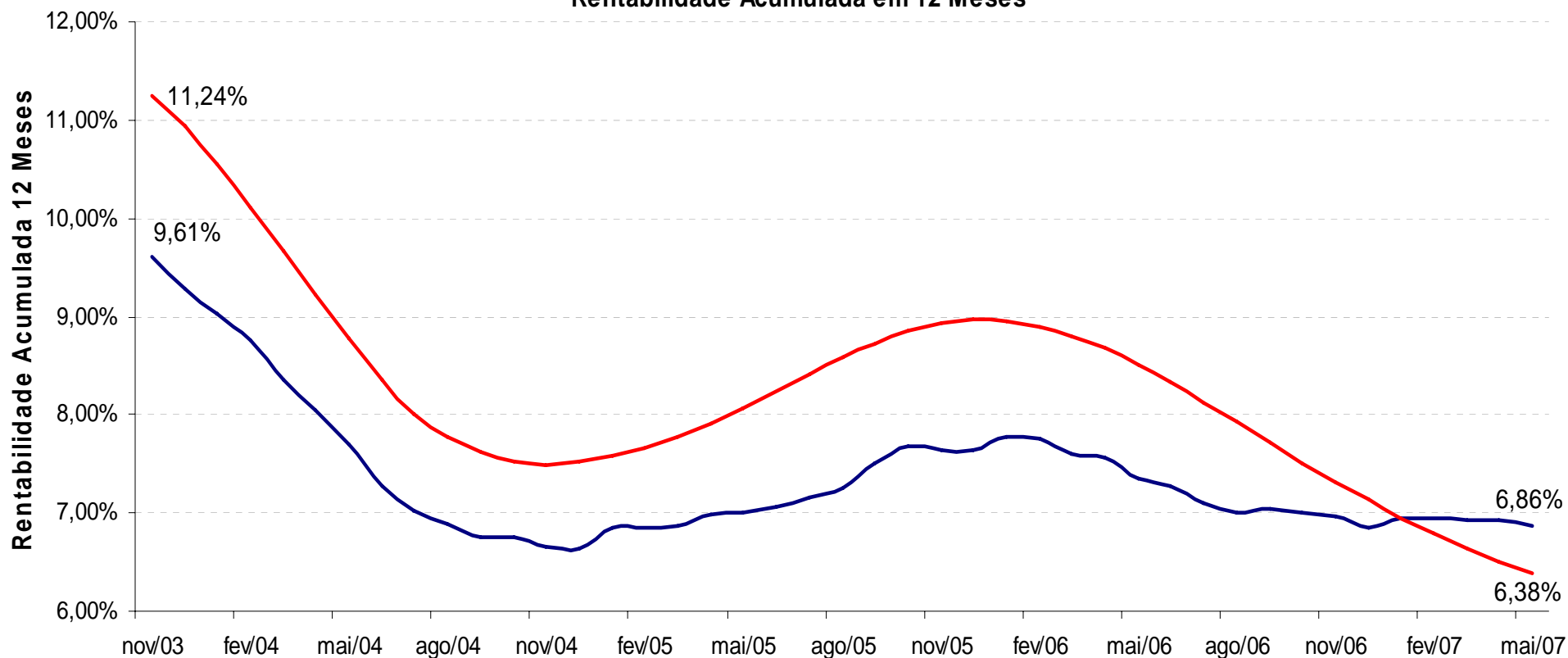
- Embora seja sempre lembrada como índice de reajuste dos depósitos de poupança, é importante destacar que a **TR também é utilizada como de índice de reajuste de dos contratos de financiamento imobiliário.**
- A alteração na fórmula de cálculo da TR ocorreu por motivos meramente técnicos, visando:
 - evitar a ocorrência de movimentos especulativos de outras modalidades de investimento para a poupança, com impactos negativos sobre a volatilidade do seu saldo médio; e
 - resguardar o equilíbrio das rentabilidades relativas das diversas modalidades de aplicação financeira (risco *versus* retorno) .



POUPANÇA X FUNDO DE INVESTIMENTO

A rentabilidade relativa da poupança não foi prejudicada com a medida, estando hoje muito próxima ou acima daquela paga pelos fundos de investimento de renda fixa.

Poupança X Fundo de Investimento
Rentabilidade Acumulada em 12 Meses



Elaboração: SPE / MF

* Hipóteses: não há cobrança de taxa de administração no Fundo e a alíquota de IR é de 22,5%.

— Poupança

— Fundo CP - 75% Selic

Elaboração: MF/SPE



A rentabilidade poupança frente à SELIC é a mais alta dos últimos 8 anos

**Rendimento da Nova Poupança como Percentual da Selic
Dados Mensais Acumulados em 12 meses***



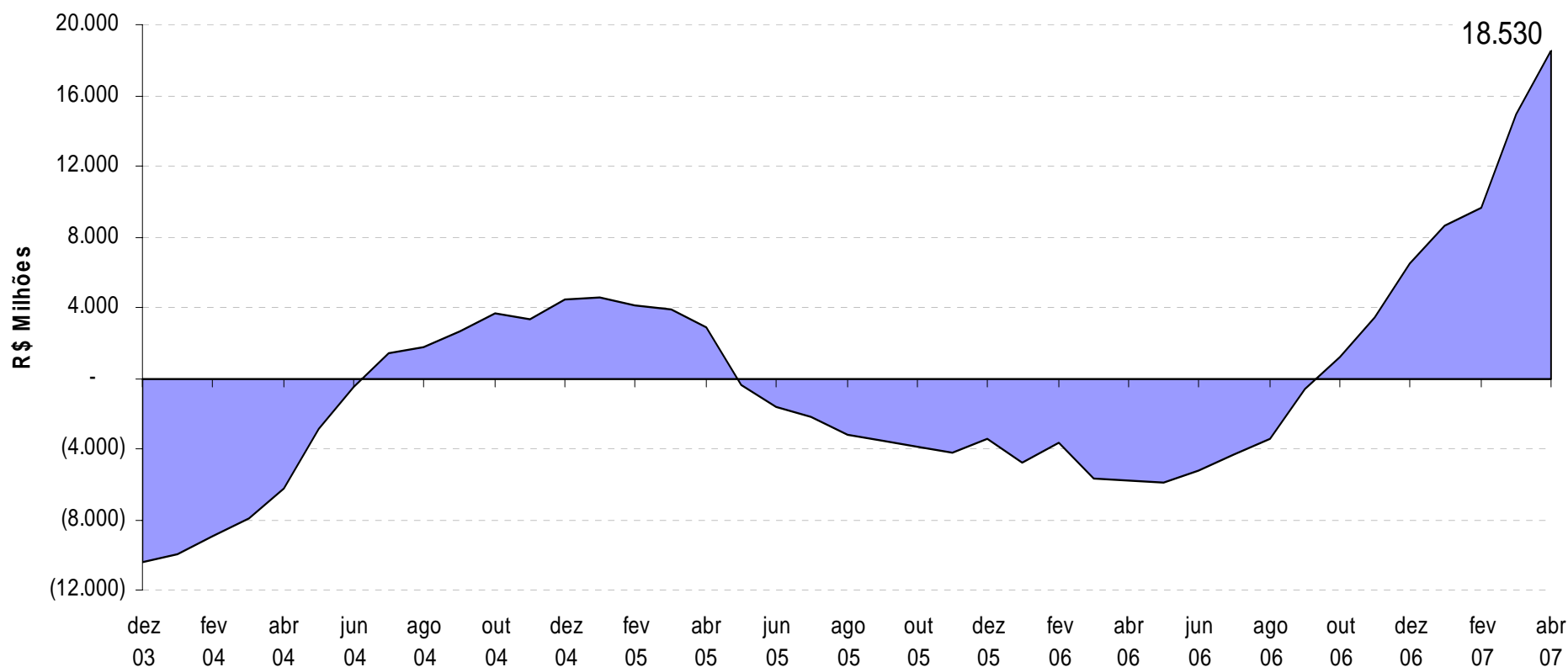
* De jul/07 a dezembro/07, projeção com base nas informações do Focus, de 15/06/2007.



EVOLUÇÃO DA CAPTAÇÃO LÍQUIDA DOS DEPÓSITOS DE POUPANÇA

A captação líquida da poupança corrobora que ela é um produto extremamente competitivo

Evolução da Captação Líquida dos Depósitos de Poupança Acumulado em 12 Meses





Rentabilidade do FGTS versus IPCA Acumulada em 12 Meses

Diferentemente do ocorrido em passado recente, o FGTS vem sistematicamente apresentando rentabilidade superior ao IPCA

Evolução da Rentabilidade Anualizada do FGTS e do IPCA

